

## Introdução

Todo raiar de um novo milênio é envolto em expectativas e apreensões sobre os novos tempos. Diagnósticos e prognósticos são realizados sobre a situação vivida e o que se espera viver. O alvorecer do século XXI não escapou desse quadro. Nesse contexto, o Departamento de Geografia, da Universidade Federal Fluminense, realizou, entre 27 e 29 de novembro de 2001, o seminário *O Estado do Rio de Janeiro no século XXI – Olhando para o futuro*. Coube ao professor Carlos Lessa a conferência inaugural que tomou o título de “*O Rio de Janeiro – Que estado é esse?*”. Logo no princípio o conferencista salientou que a questão poderia ser discutida sob diversos prismas, mas ele priorizou o enfoque econômico e simbólico.

Para iniciar sua fala, o economista fez uma rápida visita ao século XIX apresentando o movimento da irradiação do café pela então província fluminense e concluiu que “*foi a economia escravista do café que deu a referência histórico-estrutural que permitiu a unidade territorial brasileira*”<sup>1</sup>.

A crise que se vivia no estado não seria um problema exclusivamente regional pois “*o problema do Rio de Janeiro é que, ao contrário de outras metrópoles brasileiras, não é regional. A referência era sempre nacional*”<sup>2</sup>. A solução indicada seria um maciço investimento na Baía de Sepetiba, cujo porto seria o melhor escoadouro para a produção de soja do Brasil Central, do minério do Vale do Rio Paraopeba e do gás de Campos. Enfim “*o Brasil industrial do futuro está em Sepetiba*”<sup>3</sup>.

O Rio de Janeiro era considerado o “*laboratório de brasilidade*” reunindo no microcosmo fluminense o que “*temos de bom [...] e o que temos de ruim*” no país. Por isso, seu desenvolvimento seria de suma importância para o Brasil. “A

---

<sup>1</sup> Carlos Lessa. O Rio de Janeiro – Que estado é esse? In: **ANAIS do Seminário: O Estado do Rio de Janeiro no início do século XXI: Olhando para o futuro**. Niterói: UFF, 2001. p. 17-34.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 21.

*nação brasileira vai voltar a ser valorizada pelo Rio [...] nós temos que retomar a discussão sobre a importância da nação. E eu acho que este é o espaço vocacionado para isto [...]. O discurso fluminense vai ter cada vez mais força na comunidade brasileira”. Enfim “para mim [o Rio de Janeiro] é o coração do Brasil”<sup>4</sup>.*

Em linhas gerais, nessa conferência, Carlos Lessa construiu o discurso de que o futuro do país dependia do Rio de Janeiro. Ele foi categórico ao afirmar que “*o futuro pertence ao Rio de Janeiro*”. Os destinos do brasileiro do novo milênio seriam traçados pelo Rio de Janeiro, assim como o fora no século XIX, quando a “*economia escravista do café*” manteve a integridade territorial do país.

Carlos Lessa atualiza, nesse raiar de um novo milênio, um discurso que se firmou entre os fluminenses do século XX no qual se considerava que a história do país dependia da própria história do Rio de Janeiro.

No século XIX, a então província fluminense fora o bastião do regime monárquico. Tal posição se dera pela produção cafeeira do Vale do Paraíba e pela inserção da aristocracia local na direção da política imperial. Esse quadro passara pelos revezes promovidos pelo avanço do café para o vale do Paraíba paulista, pela abolição da escravidão e pela proclamação da República. Com isso, o novo estado passara a um papel secundário no direcionamento da política nacional e pela desestabilização de sua economia. Grupos políticos divergentes disputavam o poder durante toda a Primeira República. A liderança de Nilo Peçanha, que se estendeu do governo de Alberto Torres (1898-1900) até a intervenção federal em 1923, não conseguia suplantar as divergências e formar um grupo que implementasse uma política de recuperação política e econômica do Estado do Rio de Janeiro e que o tornasse capaz de competir com as novas forças hegemônicas do país, São Paulo e Minas Gerais.<sup>5</sup>

Vivia-se sob os discursos da perda de uma *Idade de Ouro* – o Império –, em que a *Velha Província* – o Rio de Janeiro – detinha a primazia política e econômica. Os projetos políticos visando promover o soerguimento fluminense apostavam na tradição agrarista da região. Considerava-se que apenas o campo e

---

<sup>4</sup> *Ibid.*, p.34.

<sup>5</sup> Sobre a Primeira República no Estado do Rio de Janeiro cf. Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da Idade de Ouro**: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994. E o livro organizado pela mesma autora **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

as atividades agropastoris seriam capazes de superar a crise econômica vivida e dar o sustentáculo às aspirações de retorno à antiga situação política em que os políticos fluminenses estavam no centro das decisões da política nacional.

Perspectiva semelhante é encontrada nas administrações posteriores à Revolução de 1930, especialmente durante a interventoria de Amaral Peixoto (1937-1945). A historiografia que analisou o projeto amaralista para o estado do Rio de Janeiro afirma que, entre 1937 e 1945, o interventor implementou um projeto de recuperação econômica, baseado no agro-fluminense.<sup>6</sup> O governo investiu na criação da infra-estrutura que viabilizasse a reestruturação das atividades agrárias, reafirmando assim a sua “vocação”. Seu projeto modernizador incluía ainda a reforma administrativa e financeira do governo. O interventor constituiu um grupo político alicerçado no interior que lhe permitiu o controle da política estadual nas décadas seguintes.<sup>7</sup>

Observamos uma certa continuidade de perspectiva nas sete primeiras décadas republicanas. Os projetos políticos de ação na esfera econômica priorizaram o agro-fluminense. Nas décadas de 1940 e 1950 reafirmava-se que a recuperação do lugar fluminense no cenário nacional seria possível a partir da recuperação do campo. Havia uma forte noção de que a recuperação do Estado seria uma recuperação histórica de sua posição alicerçada em uma atividade historicamente característica da região. Os discursos políticos ancoravam-se na argumentação do saudosismo histórico de um período que fora perdido.

Os projetos políticos e econômicos defendidos durante a primeira metade do século XX foram analisados por Marieta de Moraes Ferreira, Surama Sá Conde Pinto, Silvia Pantoja de Castro, César Teixeira Honorato e Rafael Navarro Costa<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Cf. Silvia Regina Pantoja de Castro. **Amaralismo e Pessedismo Fluminense**. O PSD de Amaral Peixoto. 1995. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995. Da mesma autora. **Raízes do pessedismo fluminense**. A política do interventor: 1937-1945. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. César Teixeira Honorato. **O novo Estado no Estado Novo**. Análise da interventoria de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. 1987. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

<sup>7</sup> Amaral Peixoto governou o estado pela segunda vez, já como governador eleito, entre 1951 e 1954. Seus sucessores, Edmundo Macedo Soares (1947-1950) e Miguel Couto (1955-1958), foram eleitos com seu apoio.

<sup>8</sup> Os trabalhos de Marieta de Moraes Ferreira, Silva Pantoja de Castro e César Honorato já foram citados anteriormente. Conferir também: Surama Conde Sá Pinto. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. Rafael Navarro Costa. **Tecendo as redes da política**: articulações e projetos

No entanto, tal temática ainda não foi abordada sob o aspecto do pensamento intelectual em geral e da historiografia local, em particular. Aliás, a historiografia não vem tomando o estado do Rio de Janeiro como um tema relevante, como podemos concluir das análises dos balanços historiográficos da produção do conhecimento histórico sobre o Rio de Janeiro.

Tais balanços foram elaborados por Eulália Lobo e Francisco Falcon como conferências pronunciadas no VI Encontro Regional do Núcleo do Rio de Janeiro da ANPUH, realizado em 1994<sup>9</sup>. A primeira realizou um inventário de instituições e acervos documentais, assim como de fontes impressas passíveis de serem utilizadas na construção da história do Rio de Janeiro desde o período colonial até a época em que escrevia<sup>10</sup>. Na segunda parte do texto da conferência há um inventário de autores e obras sobre temáticas diversas: história administrativa, urbana etc. Caminho semelhante foi tomado por Francisco Falcon, que abriu seu texto demonstrando a complexidade de se pensar o Rio de Janeiro por este ter um caráter de centro de importantes instituições de acervo e por concentrar destacados centros de pesquisa não apenas universitários – citando como exemplo a Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Oswaldo Cruz – que elaboram trabalhos históricos sobre a temática. Em um segundo momento, Falcon fez recortes temáticos sobre a produção que passava a analisar.

Não é apenas na estrutura textual que podem ser observadas semelhanças nas exposições de ambos historiadores. Há alguns pressupostos em comum que são interessantes e merecem destaques.

Em primeiro lugar, ambos têm como referência a produção universitária, excluindo desta análise uma ampla produção realizada fora dos círculos acadêmicos, entendidos, nesses artigos, como as instituições de acervo e pesquisa – a exemplo do CPDOC e da Casa de Rui Barbosa – relacionadas por Falcon.

Essa tentativa de balanço resultou talvez universitária em demasia, se bem que em sua defesa se possa argumentar com o fato de que desde a década de 70 pelo menos, a produção do conhecimento histórico vem sendo realizada, em mais de

---

na construção do amaralismo. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008

<sup>9</sup> Estes balanços, apesar de já contarem com quinze anos de publicação, foram os últimos balanços sistemáticos sobre a produção do conhecimento histórico sobre o Rio de Janeiro.

<sup>10</sup> Eulália Maria Lahmeyer Lobo. Historiografia do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 1995. N.º 30. vol. 15. p. 50

90%, no âmbito das universidades, ou mais concretamente, na esfera dos programas de pós-graduação<sup>11</sup>.

Nem se cogitou referência à produção fora desses círculos pelo seu tom descritivo ou “memorialista”:

A historiografia do Rio de Janeiro caracterizou-se por longo tempo, pelos relatos empíricos descritivos, geralmente obedecendo à ordem cronológica ou pelas memórias de estrangeiros e nacionais. As memórias voltavam-se com frequência para o exótico, o outro, o que fugia do modelo europeu, nessa metrópole situada nos trópicos, porém constituem-se em excelentes fontes de informação. O estabelecimento dos cursos de pós-graduação, o desenvolvimento do ensino da teoria e metodologia nas Universidades, os recursos do CNPq, FINEP, CAPES, a criação de centros de pesquisa como a Casa de Rui Barbosa e o CPDOC, modificaram esse panorama<sup>12</sup>.

Em ambos encontramos uma referência à produção universitária do saber histórico – em especial aquela posterior à década de 1970, quando surgiram os primeiros cursos de pós-graduação – que desqualifica outros discursos sobre o passado que não tenham ligações com aquele. No máximo, estes estudos são reconhecidos como fontes de informação.

Por outro lado, não se define, nos textos, de qual Rio de Janeiro se está falando: a cidade ou o estado. Lembremo-nos que por quase cento e cinquenta anos (1834 a 1975) a cidade esteve separada político-administrativamente do estado, o que levou a uma série de fatores que são significativos nesta análise. O Ato Adicional de 1834 transformou a cidade do Rio de Janeiro em município neutro e capital do império. Sua condição de capital foi reafirmada com a instauração do regime republicano que a manteve como Distrito Federal. A transferência do centro político para Brasília, em 1960, levou à criação de um novo estado, o da Guanabara, extinto apenas com a fusão dos dois estados – deste com o do Rio de Janeiro – em 1975. Essa trajetória confere especificidades à história destas regiões. A cidade tornou-se um importante centro urbano, comercial, financeiro, industrial e operário do país diferindo-se do estado eminentemente rural, agrário e campesino que fora, exatamente por isso, a província-chave do Império e o celeiro da Corte/Distrito Federal por um longo tempo. Definir de qual Rio de Janeiro se fala é importante devido às

---

<sup>11</sup> Francisco Falcon. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. 1995. N.º 30. vol. 15. p. 65-66.

<sup>12</sup> Eulália Lobo. *Loc. cit.*, p. 50.

especificidades das regiões. Para avaliarmos o quão díspar é a produção universitária – dissertações de mestrado e teses de doutorado – sobre a cidade e o estado podemos lançar mão do catálogo, organizado por Lícia Valladares e Maria Sant’Anna, que levantou a produção de várias áreas do conhecimento entre 1960 e 1990. Em um universo de 265 trabalhos, 73% dos títulos inventariados, a maioria esmagadora, abordava a cidade do Rio de Janeiro. A região metropolitana contava com 11% dos estudos e o restante do estado com 16%<sup>13</sup>. Consultando o catálogo de dissertações e teses do programa de pós-graduação em história mais antigo do Estado do Rio de Janeiro, o da Universidade Federal Fluminense, localizamos 700 dissertações e teses defendidas entre julho de 1974 e agosto de 2005<sup>14</sup>. Desse conjunto, cerca de 17% (121) abordam temáticas referentes à cidade do Rio de Janeiro. Aquelas cuja temática envolvem o estado do Rio de Janeiro – agrupados aqui estudos sobre municípios e/ou regiões – totalizam 8,3% (65), aproximadamente a metade daquelas referentes à cidade.

Se por um lado a produção universitária não destacou o estado do Rio de Janeiro em suas análises, por outro desqualificou os estudos historiográficos elaborados fora destes círculos, taxando-os como memorialistas, como José Honório Rodrigues caracterizou uma série de estudos históricos do século XIX e do seguinte<sup>15</sup>.

A história memorialista buscava reconstruir o passado de um local ou uma região unindo à pesquisa documental, elementos biográficos ou autobiográficos. Aproximando-se da crônica, é “*em si um programa histórico, a idéia de que era necessário evocar o passado e trazê-lo vivo aos nossos olhos*” visando atrair um público mais amplo<sup>16</sup>. Para conseguir uma “*significação quase visual*”, prendia-se à minúcia dos fatos, do pitoresco, do anedótico, relegando esse discurso ao lugar de fonte de informações e não de historiografia.

É nessa mesma direção que segue o balanço historiográfico que Ismênia de Lima Martins elaborou sobre a produção referente a Niterói. Partindo do pressuposto de que tendo sido a província do Rio de Janeiro uma das mais

<sup>13</sup> Lícia do Prado Valladares e Maria Josefina G. Sant’Anna (Orgs.). **O Rio de Janeiro em teses**. Catálogo bibliográfico 1960-1990. Rio de Janeiro: UERJ/CEP:Rio; IUPERJ/URBANDATA, 1992.

<sup>14</sup> Consultado no site do programa de pós-graduação em história da UFF: [www.historia.uff.br](http://www.historia.uff.br) . Acessado em 15/08/2005.

<sup>15</sup> José Honório Rodrigues. A historiografia memorialista e o Rio de Janeiro. In: Vivaldo Coaracy. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1965. p. XXXVIII.

<sup>16</sup> *Ibid*, p. XXXVII.

dinâmicas do período imperial, a historiografia sobre sua capital deveria ser um dos objetos privilegiados.

O pressuposto de que a historiografia brasileira privilegiou em seus quadros as cores vibrantes dos centros hegemônicos política e/ou economicamente, deve gerar uma expectativa positiva em relação à produção historiográfica sobre Niterói, capital da província mais dinamizada economicamente no Império. No entanto, a identificação do material existente frustra consideravelmente aquela expectativa<sup>17</sup>.

E a partir daí a historiadora passou a expor os motivos para essa situação: a consolidação tardia de Niterói enquanto cidade e a atração de sua elite dirigente pelo jogo político na capital vizinha, Rio de Janeiro.

Ismênia Martins relacionou 84 títulos, dos quais ela destaca os trabalhos de José Matoso Maia Forte, Antônio Figueira de Almeida e José Antônio Soares de Souza como monografias de maior fôlego que objetivaram “*traçar um quadro geral da história da cidade ou município*” diferentemente da grande maioria dos estudos levantados, que “*é constituída de artigos que não ultrapassam três páginas, cujo potencial explicativo é praticamente nenhum. Na maioria das vezes apresentam-se como simples registros, e os mais ousados apenas tangenciam um nível de questionamento*”<sup>18</sup>. De um modo geral esses textos:

Apresentam-se, porém, fortemente limitados pelo compromisso com a história factual tradicional, insuficiente grau explicativo, desprezo pelos questionamentos sócio-econômicos, e ainda pelo desinteresse com que encaram as articulações local/regional/nacional<sup>19</sup>.

É uma historiografia marcada por um ufanismo localista que chega às raias da excentricidade, segundo a historiadora. “*Alguns dos seus produtos classificam-se forçosamente como excêntricos*” citando um pequeno artigo do padre José Nicodemos Santos publicado no Jornal do Instituto Histórico de Niterói, “*Morre uma palmeira histórica*”<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Ismênia de Lima Martins. Niterói histórico. A cidade e a historiografia. In: Ismênia de Lima Martins e Paulo Knauss (Orgs.). **Cidade múltipla**. Temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997. p. 231.

<sup>18</sup> *Ibid*, p. 232.

<sup>19</sup> *Ibid*, p. 233.

<sup>20</sup> José Nicodemos dos Santos. Morre uma palmeira histórica. In: **Jornal do Instituto Histórico de Niterói**. 1976, p. 59-61. *apud Ibid.*, p. 233.

Essa tida deficiência historiográfica poderia ser sanada pela produção universitária, já que na cidade localiza-se a Universidade Federal Fluminense. No entanto, isso não ocorrera tendo em vista que seu levantamento no acervo de dissertações do programa localizou três títulos em um universo de 267 produzidas até 1995. Apesar da pequena quantidade, destaca-se a diversidade de temas abordados – um deles realiza um estudo histórico-demográfico da cidade, outro aborda a questão das freguesias rurais no século XIX e o último faz uma análise dos movimentos associativos de bairros e sua relação com o estado.

Pelo que foi exposto até agora, observa-se um certo consenso de perspectiva no que tange à produção historiográfica local/regional fora dos círculos universitários.

Em primeiro lugar, a historiografia produzida fora dos círculos universitários é estigmatizada como tradicionalista, factual, evolutiva, política, com forte cunho biográfico e autobiográfico, que tende para o pitoresco, o anedótico, o exótico. Rotulada como memorialista, engloba-se nesse grupo uma gama variada e díspar de estudiosos, desde aqueles que escrevem pequenas notas para a história de uma instituição ou personagem, até aqueles que se dedicaram a desenvolver extensos inventários da história de uma cidade ou região. As menções a essas produções costumeiramente são pejorativas. Homoginiza-se essa produção no tempo e no espaço. As obras e os autores são tidos como reacionários e conservadores, como aqueles que se dedicaram/dedicam à coleção do anedotário, do pitoresco e do folclórico. Homoginiza-se uma produção com profundas raízes na tradição historiográfica brasileira. É uma produção que circula por outros espaços que não os universitários: Academias de Letras, Cenáculos ou Institutos Históricos. Seus autores, autodidatas em grande maioria – médicos, advogados, engenheiros etc. –, envoltos em uma rede de sociabilidades que os fazem reconhecidos por grupos dos poderes públicos e prestam-lhes assessoria. Reconhece-se nela, quando muito, um valor informativo. A história que tem seu valor reconhecido é aquela produzida nas universidades, em especial, posteriormente à implementação das pós-graduações na década de 1970<sup>21</sup>. Essa

---

<sup>21</sup> Essa não é uma perspectiva presente apenas no Rio de Janeiro. Ao ser organizado o X Encontro regional de história do núcleo mineiro da ANPUH, cuja temática era “Minas, trezentos anos: Um balanço historiográfico”, Eliana Freitas Dutra realizou um balanço historiográfico em que diz: “achei por bem me ater à mesma [temática do encontro] e me propus fazer um balanço da produção historiográfica mineira nos últimos 12 anos, na sua relação com a universidade,

produção anterior é tudo aquilo que a historiografia acadêmica atual não é, e, por isso, é muitas vezes esquecida, silenciada, na construção da memória historiográfica brasileira.

A proposta de trabalho desenvolvida na presente tese dialoga com essas questões apresentadas. Pelo que vimos indicando, há uma secundarização do estado do Rio de Janeiro como objeto da produção universitária e, por outro lado, há uma preponderância da análise política e econômica na abordagem de alguns temas, como aqueles referentes à primeira metade do século XX. Esses trabalhos procuraram analisar os projetos políticos e econômicos desenvolvidos por dois grupos que controlaram a direção política do estado nesse período, o nilismo e o amaralismo. Sem perder de vista o diálogo com tal produção, nosso objetivo central, neste trabalho, é a análise da historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950. Nosso foco de análise centra-se nesse período como um desdobramento de nossas reflexões sobre a construção dos discursos acerca da identidade fluminense já iniciados em minha dissertação de mestrado, em que analisei o lugar do folclore no debate intelectual fluminense entre as décadas de 1940 e 1950, através de uma agremiação formada no período, a Comissão Fluminense de Folclore<sup>22</sup>. Apesar de o folclore ser um tema caro à intelectualidade local em um período precedente, foi em 1950 que se organizou, no estado do Rio de Janeiro, uma instituição especificamente a ele dedicada, seguindo um contexto nacional de valorização da temática.

No pós II Guerra Mundial, os debates sobre a intolerância racial/cultural dos regimes totalitários levaram à valorização de estudos sobre a diversidade cultural dos povos. Nesse sentido o folclore ganhou destaque com a organização de instituições internacionais e nacionais dedicadas à temática. Foi nesse contexto que o movimento folclórico brasileiro ganhou repercussão<sup>23</sup>. O interesse pela temática, no Brasil, data da segunda metade do século XIX e seus estudos

---

*particularmente com os cursos de pós-graduação...*". Cf. Eliana R. Freitas Dutra. A historiografia mineira: Tendências e contrastes. In: **LPH. Revista de história**. UFOP. Nº. 6. 1996. p. 7-15.

<sup>22</sup> Rui Aniceto Nascimento Fernandes. **Construindo o folclore fluminense**. Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro. 1949-1961. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

<sup>23</sup> Luís Rodolfo Vilhena. **Projeto e missão**. O movimento folclórico Brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

propiciaram reflexões sobre a identidade nacional<sup>24</sup>. Em 1948 foi criada a Comissão Nacional de Folclore, vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Cultura e Ciência (IBECC), órgão do Ministério das Relações Exteriores ligado à UNESCO e que congregava folcloristas de todo o Brasil. Esta instituição organizou comissões estaduais, incentivou a realização de inventários das manifestações folclóricas do país, a preservação do folclore e sua inserção na escola básica e no debate universitário. Os folcloristas, nela envolvidos, visavam a criação de um campo autônomo do conhecimento universitário, com o estabelecimento de métodos, conceitos e práticas de pesquisa<sup>25</sup>.

Inserida nesse movimento, a Comissão Fluminense de Folclore partilhava dos mesmos objetivos da Comissão Nacional, mas possuía especificidades definidas pelo conjunto de letrados que a compôs e pela inserção do tema nas perspectivas intelectuais e políticas locais. Entre 1952 e 1955 a Comissão Fluminense de Folclore contou com 35 membros arregimentados, por seu Secretário Geral, Luiz Palmier, entre políticos da administração de Amaral Peixoto (1951-1955), do mundo literário da capital do estado e do magistério fluminense. Assim, pude perceber que o folclore ocupava um lugar relevante no debate intelectual fluminense, sendo um dos caminhos para a construção da identidade local. Um dos caminhos, mas não o único, haja vista que os temas educacionais, jurídicos, literários, geográficos, biográficos e históricos integravam essa plêiade de interesses intelectuais. Diversos folcloristas analisados escreveram narrativas históricas sobre o estado do Rio de Janeiro, sobre suas regiões e dos personagens considerados representativos. Entre os que compuseram a comissão folclórica estava Alberto Ribeiro Lamego que elaborou a história do estado, a partir das regiões geo-econômicas que o compõem, através de sua famosa tetralogia *O homem e o Brejo, O homem e a serra, O homem e a restinga e O homem e a Guanabara*; Luiz Palmier, que narrou a história do município de São Gonçalo e biografou um conterrâneo que presidiu o estado entre 1894 e 1897, Maurício de Abreu; e o desembargador Myrtaristides de Toledo Piza construiu a história da antiga aldeia de índios, Itaocara. Entre os biógrafos, lá estavam o poeta

---

<sup>24</sup> Martha Abreu. Folcloristas. In: Ronaldo Vainfas (Dir.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 280-283. Marcos Ayala; Maria Ignês Novais Ayala. **Cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>25</sup> Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti; Luís Rodolfo Vilhena. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização dos estudos de Folclore. In: **Estudos Históricos**. 3 (5): 75-92. Rio de Janeiro: FGV, 1990. e Luís Vilhena. *loc. cit.*

riobonitense Renato de Lacerda, que narrou a história de um outro poeta conterrâneo, Bernardino Lopes, e Maurílio de Gouvêa, que se dedicou a inventariar as histórias da elite política fluminense durante o período imperial, com a biografia do Marquês do Paraná e daqueles que fizeram parte dos Conselhos do Império. Ao realizar essa pesquisa encontrei outros historiadores como Alberto Lamego, pai do outro Lamego, que escreveu uma monumental história de Campos dos Goytacazes em oito volumes, Acácio Ferreira Dias, Manoel Erthal e Roberto Pereira dos Santos, estes escrevendo respectivamente sobre Cantagalo, Bom Jardim e Rio Bonito<sup>26</sup>.

Era uma produção historiográfica que unia dados diversos – geográficos, estatísticos e literários – na construção de uma narrativa sobre o estado e seus municípios visando demonstrar o lugar que estes desempenhavam nos cenários nacional, no caso do estado, e regional, no caso dos municípios. Seguiu-se uma outra concepção de história e de produção do conhecimento histórico diferente daquela que se firmou na universidade, mas que também diferia da imagem consolidada como produção memorialista. Ao consultar alguns desses livros durante aquela pesquisa, incomodava-me tachá-los como memorialistas. Havia toda uma preocupação com a pesquisa das fontes primárias e com a citação de estudos da época que embasavam tais trabalhos.

Ao mesmo tempo pude observar que seus autores produziam uma história engajada com suas perspectivas de construção de um novo estado. A grande questão do período era qual o lugar do Estado no cenário nacional. A construção da história local, assim como as investigações folclóricas, nesse período, associava-se ao projeto político amaralista de soerguimento do estado.

Voltamos agora para a história, para a historiografia fluminense produzida entre as décadas de 1930 e 1950. Trabalhamos com os textos daqueles que se propuseram a construir conhecimento histórico sobre o estado do Rio de Janeiro no período. Homens de letras e de ação que uniam sua reflexão intelectual sobre o estado a uma participação efetiva na implantação de projetos políticos e econômicos de transformação da realidade local. Homens de letras que partilhavam as idéias comuns à geração de intelectuais brasileiros dos anos 1920-1940, que consideravam o Estado como o principal agente de transformação da

---

<sup>26</sup> As referências completas desses trabalhos encontram-se no quarto capítulo e na relação de fontes utilizadas para o desenvolvimento desta tese.

realidade social e, por isso mesmo, se atribuíam o papel de orientadores de suas ações<sup>27</sup>.

Eram homens de letras que, em sua grande maioria, mantinham relações com a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, mas que, por motivos diversos, elegeram o estado como o seu *locus* de reflexão e de ação. Foi por esse motivo que procuramos trabalhar com estes personagens e não com aqueles que foram “cooptados” pela capital do país. Desejávamos entender os olhares de dentro, que assimilavam as influências externas, especialmente do Distrito Federal, mas que desenvolviam projetos e perspectivas de valorização de sua pequena pátria. Ecoavam, entre essa geração, as palavras de Joaquim Manoel de Macedo, itaboraiense romancista de *A Moreninha*, que ao dedicar um dos seus romances a registrar uma história que se passara na freguesia de São João Batista de Itaboraí em finais do século XVIII, expressava a relação que o homem deveria ter com as suas pátrias:

Um celebre poeta polaco, descrevendo em magníficos versos uma floresta encantada do seu país, imaginou que as aves e os animais ali nascidos, se por acaso longe se achavam, quando sentiam aproximar-se a hora de sua morte, voavam ou corriam e vinham todos expirar à sombra das árvores do bosque imenso, onde tinham nascido.

O amor da pátria não pode ser explicado por mais bela e delicada imagem.

Coração sem amor é um campo árido, quase sempre ou sempre cheiro de espinhos e sem uma única flor que nele se abra e o amenize.

Haveria somente um homem em quem palpitasse coração tão seco, tão enregelado e sem vida de sentimentos; o homem que não amasse o lugar do seu nascimento.

Depois dos pais que recebem nosso primeiro grito, o solo pátrio recebe nossos primeiros passos: é um duplo receber que é duplo dar.

As idéias grandes e generosas dilatam o horizonte da pátria; a religião, a língua, os costumes, as leis, o governo, as aspirações fazem, de uma nação uma grande família, e de um país imenso a pátria de cada membro dessa família.

Mas, deixem-me dizer assim, a grande não pode fazer olvidar a pequena pátria dessa árvore majestosa que se chama a nação, o país, não há quem não sinta que a raiz é a família e o berço pátrio.

Há nesse santo amor uma escala ascendente que vai do lar doméstico à paróquia, da paróquia ao município, do município à província, da província ao império: ama-se o todo, porque se ama cada uma de suas partes.

Com efeito é impossível negar que em suas naturais e suavíssimas predileções o coração distingue sempre entre todos os distritos, cidades e diversos pontos do país o torrão limitado do berço pátrio; pobre ou mesquinho,

<sup>27</sup> Daniel Pécault. **Intelectuais e a política no Brasil**. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p. 19-59.

esquecido ou decadente, agreste ou devastado é sempre amado por nós e sempre grato para nós.

É por isto e por muito mais, é porque foi meu berço, e berço daqueles a quem mais amei e amo, é porque no seu seio tenho sepulturas queridas, é porque me guarda em seus lares amigos dedicados, é porque desejo ter em seus campos um abrigo na minha velhice que começa, e no seu cemitério um leito para dormir o último sono, é enfim por todos esses laços da vida e da morte que a vila de Itaboraí me é tão querida<sup>28</sup>.

Escrever sobre a pequena pátria não significava construir uma oposição com a grande pátria, entre o regional e o nacional, entre o particular e o geral. Esses homens escreviam sobre suas localidades no sentido de mostrar sua integração nos processos maiores; para destacar a contribuição local na construção da história do estado e do país. Ao escreverem suas histórias das cidades que muitas vezes serviram-lhes de berço objetivavam ressaltar o que as ligava à experiência regional, os laços que lhes conferiam uma irmandade fluminense e, por conseguinte, nacional. Desta forma, decidimos não por eleger um autor em particular para análise, mas um conjunto de autores que nos permitissem entender quais eram os elementos que compunham, para eles, os procedimentos da produção do conhecimento histórico entre as décadas de 1930 e 1950.

A presente tese encontra-se estruturada em quatro capítulos. O primeiro discute o lugar da história regional na produção do conhecimento histórico. Pretende-se demonstrar que a questão da região e da história regional está presente na historiografia brasileira desde o século XIX, o que a torna um tema a ser refletido na compreensão do campo no país.

No segundo capítulo, *Os modernos fluminenses e o surgimento da história do estado*, retrocedemos uma década do período que é nosso objeto de estudo. Os anos de 1920 são significativos na trajetória local. É um momento de alterações políticas e de intensos debates nos quais foram construídos discursos narrativos e imagéticos sobre o Rio de Janeiro que nos revelam alterações na forma como seus autores se relacionavam com o passado, e que passam a conferir um lugar de destaque à história em suas reflexões. Consolida-se a idéia de que era necessário o estudo da história estadual como forma de definir uma Idade de Ouro a ser restaurada e, com isso, firmam-se as diretrizes para a produção historiográfica local a partir de então: temas, cronologias, fontes etc. A análise de tal contexto é

---

<sup>28</sup> Joaquim Manuel de Macedo. **Rio do Quarto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1880. p. 4-8.

importante, pois foi aí que se estabeleceram concepções do papel da história, do historiador e do fazer historiográfico com as quais os intelectuais fluminenses das décadas seguintes dialogaram.

*O projeto amaralista e história fluminense* é o terceiro capítulo e nele analiso como a história local foi associada aos projetos políticos implementados no estado a partir da interventoria de Ernani do Amaral Peixoto (1937-1945). Essa associação construía, especialmente para Amaral Peixoto, uma imagem de defensor da história e das tradições do estado. Tal construção era realizada nos departamentos governamentais, em especial, os de educação e de cultura; como também em movimentos e associações culturais de Niterói, o que nos levou à análise destes que investiam na construção de uma interpretação acerca da história do estado e de suas relações com a administração estadual.

O quarto e último capítulo, *Como se escreveu a história fluminense entre as décadas de 1930 e 1950*, dá sequência ao anterior analisando a associação existente no período entre a construção do conhecimento histórico local e o amaralismo, através da análise dos autores e das obras historiográficas produzidas no período. Por meio da investigação das biografias dos historiadores analisados, pude compreender os usos políticos do discurso histórico no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Investiguei quem eram os autores, as casas editoras e a rede de sociabilidade em que estavam envolvidos e lhes configurava o pensamento. Os caminhos trilhados demonstraram a associação dos letrados aos projetos políticos em voga, ora fazendo parte da estrutura administrativa, reorganizada por Amaral Peixoto para sua gestão, ora compartilhando idéias sobre a história e a identidade local. O endosso oficial é observado através da concessão de prêmios e pela publicação de várias obras pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ou subsidiado pelas municipalidades, ou pelo estado. Na segunda parte deste capítulo realizo a caracterização dessa produção: o que era compreendido como a tarefa do historiador, quais eram os elementos destacados, as cronologias e periodizações estabelecidas, as concepções acerca das fontes documentais, os acervos reconhecidos e a apropriação de conhecimentos de outros campos (literário, geográfico, estatístico) para a construção do discurso histórico.

Por fim, há algumas considerações finais em que são sintetizadas e retomadas as principais conclusões a que chegamos com este trabalho.